



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 205.690-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Impetrante: Celso Xavier de Alencar
Paciente: Maurício Gomes da Silva
Procurador: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

216

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312, CPP. FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA E GENÉRICA. ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. EXCESSO DE PRAZO. PREJUDICADO.

1. É ilegal o decreto prisional preventivo que se apóia em argumentação genérica e abstrata, sem indicação de fato concreto e idôneo para justificar a prisão cautelar.
2. A gravidade do delito e sua repercussão não podem servir de esteio para decreto prisional cautelar. Precedentes do STF e do próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco.
3. Evidenciada a absoluta ausência de motivos autorizadores da prisão preventiva, a revogação da constrição é medida que se impõe, descabendo à Corte emprestar fundamento à decisão, que deve se apoiar nos esteios que aventa.
4. Ordem concedida. Decisão unânime.
5. Reconhecida a abusividade da constrição em face da falta de fundamentação do decreto segregatório cautelar, resta superada a alegação de excesso de prazo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em conceder a ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 205.690-8
Comarca: Paudalho
Vara: Vara Única
Impetrante: Celso Xavier de Alencar
Paciente: Maurício Gomes da Silva
Procurador: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

217

RELATÓRIO

Impetrou-se o presente Habeas Corpus em favor de **MAURÍCIO GOMES DA SILVA**, denunciado como incurso nas penas do art. 155, §4º, I, do CP, nos autos do Proc. nº 230.2009.000963-7, em curso perante Juízo da Vara Única da Comarca de Paudalho, ora indigitada autoridade coatora.

A impetração pretende desconstituir a custódia cautelar sob a alegação de que preenche os requisitos de concessão da liberdade provisória, bem como diante do argumento de excesso de prazo na formação da culpa.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 16/53.

Não havendo pedido liminar, foram solicitadas as informações à indigitada autoridade coatora.

Através de ofício de fls. 65/66, instruído de documentos de fls. 67/74, presta o Juízo a quo detalhado informe processual.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Janeide Oliveira de Lima, emitiu parecer de fls. 79/80, opinando pela concessão da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO:

Busca-se, por meio do presente habeas corpus, a concessão da ordem para revogar a decisão judicial que decretou a prisão preventiva do Paciente, sob o argumento de que o mesmo preenche os requisitos de concessão da liberdade provisória, sejam estes, tratar-se de pessoa íntegra, com bons antecedentes, defer profissão definida e residência fixa.

Além disso, aduz o Impetrante configurar-se o excesso de prazo na formação da culpa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



213

Quanto à ausência de motivos da manutenção da custódia preventiva do Paciente verifico caber razão ao Impetrante.

Ao prestar informações nos autos, o Juízo processante presta detalhado informe acerca do andamento processual, salientando os vários pedidos de liberdade provisória formulados pelo Paciente, tendo sempre o Órgão Ministerial ofertado parecer contrário à concessão de liberdade.

Da cópia fornecida do decreto prisional (fl. 69), datado de 30.11.2009, bem como da decisão que posteriormente nega o pedido de liberdade provisória formulado pelo Paciente (fls. 52/53), de 23.12.2009, extrai-se que a conversão do flagrante em custódia preventiva deu-se nos seguintes termos:

"O delito apontado gera insegurança à sociedade. A manutenção do autuado preso MAURÍCIO GOMES DA SILVA, qualificado no flagrante, é para a garantia da ordem pública e social. É para que tenhamos a efetividade da instrução criminal e a correta aplicação da lei penal, que seu encarceramento se faz necessário, ab initio;"

Embora demonstre relevante preocupação ética e social, a decisão indeferitória da liberdade ao Paciente se pauta em argumentação genérica e abstrata, sem indicação de fato concreto e idôneo para justificar a manutenção da prisão cautelar.

Há que se considerar, ainda, que todos os critérios objetivos e subjetivos exigíveis à concessão do benefício pleiteado estão devidamente comprovados nos autos da ação penal, conforme menção do Juízo de 1ª instância no bojo da decisão que negou ao Paciente a pleiteada liberdade provisória (fl. 52). Nesta hipótese, a liberdade provisória se configura direito incondicional do acusado, impondo-se ao julgador a faculdade-dever de deferir a benesse, pois a Carta Magna assegura que ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica ao repudiá-la a manutenção da prisão cautelar, sem concreta fundamentação:

*"O decreto de prisão cautelar há que se fundar em fatos concretos. Precedentes. II - **A mera afirmação de gravidade do crime e de clamor social, de per se, não são suficientes para fundamentar a constrição cautelar, sob pena de transformar o acusado em instrumento para a satisfação do anseio coletivo pela resposta penal.** III - HC conhecido, para conceder-se a*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

219



ordem." (STF – HC 94554/BA – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJ, 26.06.2008)

"Não constituem fundamentos idôneos à prisão preventiva a invocação da gravidade abstrata ou concreta do delito imputado, definido ou não como hediondo - muitas vezes, inconsciente antecipação da punição penal -, ou no chamado clamor público. Precedentes." (STF – HC 87003/RJ – Rel. Min. Sepúlveda Pertence – DJ, 26.05.2006)

No mesmo sentido é a jurisprudência desta Corte, verbis:

"Sendo a prisão cautelar, no sítio pacificado da Jurisprudência, providência processual de caráter excepcional, à luz, inclusive, do princípio da presunção de inocência, arranha o artigo 93, IX, Carta Cidadã, a decisão negatória da liberdade provisória lastreada em considerações generalizantes sobre a ordem pública e sobre a gravidade do delito, sem a indicação de qualquer fato concreto que demonstre a presença dos requisitos do artigo 312 do CPP. (HC 147775-4, Rel. Des. Roberto Ferreira Lins – Julg. 13.02.2007)

Nesse diapasão, estando a decisão vergastada desprovida de idônea fundamentação, resta evidente sua ilegalidade.

Cumpre salientar, outrossim, que o delito a que fora denunciado o acusado, seja este, o tipificado no art. 155, §4º, do CP, trata-se de crime afiançável, razão porque, ademais não se justifica a sua constrição cautelar sem justificação idônea.

Reconhecida a abusividade da constrição em face da falta de fundamentação do decreto segregatório cautelar, resta superada a alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, **voto pela concessão da presente ordem.**

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator